



consumidor nº 7 2 145 69 585 745 896 5 2 4 63

**liberta-te do capitalismo
organiza-te e luta!**

Quanto valem 25 Euros em polémicas?

Depois de nos tirar ouro, o governo vai, novamente, oferecer-nos um pouco de latão brilhante mas, para muita gente, até isso já é demais. O capitalismo 100% português, este capitalismo que faz da fraude, da ilegalidade e da rapina pura e simples condições de sobrevivência, estas empresas de vão de escada, que só vivem porque impedem de viver os que nelas trabalham, este empresariado da miséria, não só da miséria laboral e salarial, da miséria nas condições e pagamentos, mas também da miséria na produtividade, da miséria na gestão e na administração, da miséria na qualificação, tanto de patrões quanto de trabalhadores, sentindo-se ameaçado naquilo que constitui a trave mestra da sua existência, a exploração desenfreada de uma de mão-de-obra que é barata e só rende justamente por ser barata, levantou-se em peso contra o miserável aumento de um salário mínimo de miséria, doseado sofridamente pelo Governo para só atingir os 500 Euros no virar da década, na miserável quantia de vinte e cinco Euros por mês.

(continua na página 4)

Economia, a impunidade na continuidade

Pela primeira vez desde a 2ª Guerra Mundial, as economias dos países mais avançados (OCDE) deverão sofrer uma contracção, em 2009, de 0,3% e a economia mundial crescerá apenas 2,2%, de acordo com previsões divulgadas pelo FMI. Por cá devemos entrar em recessão técnica até ao final do ano.

Depois das habituais gincanas dos senhores das certezas absolutas que um dia dizem uma coisa e no dia seguinte dizem precisamente o contrário, ficámos a saber que afinal existe dinheiro para ajudar ladrões. Não os ladrões da base da pirâmide, os que roubam bombas de gasolina, caixas multibanco ou ourivesarias, mas os ladrões do topo, ou seja, os responsáveis, entre outras coisas, pelas artimanhas no BPN. Não só os banqueiros (maestros neste caos organizado) saem totalmente impunes, como até são ajudados pelo erário público pago por todos nós.

(continua na página 8)

Os Professores em Luta

A 8 de Março de 2008, em Lisboa, 100.000 professores manifestam-se na rua. A 8 de Novembro, 120.000. Uma semana depois, a 15 de Novembro, cerca de 10.000. Qual o verdadeiro significado destes números?

(página 5)



Lisboa: mais de 1000 pessoas protestam contra onda xenófoba e Pacto Sarkozy

(página 2)

Vitória dos trabalhadores da Fidar ao fim de dois meses e meio de luta

(página 4)

Pastelaria Lua de Mel fecha sem aviso e PSP agride os trabalhadores

(página 3)

Ex-operários dos Estaleiros de S. Jacinto sem direito a nada!

Mais de cem ex-trabalhadores dos Estaleiros de S. Jacinto souberam em Novembro que não vão receber nenhum cêntimo de cerca de um milhão de euros em salários em atraso e indemnizações que a empresa lhes devia. Isto após o Supremo Tribunal de Justiça ter confirmado que os terrenos e as instalações onde durante dezenas de anos estiveram instalados os Estaleiros de S. Jacinto não pertencem à empresa cuja falência foi decretada em Maio de 2006.

Haverá algum plano do Estado para salvaguardar as indemnizações dos trabalhadores? Claro que não! Os milhares de milhões roubados aos contribuintes são melhor empregues pelo governo em planos para salvar a Banca dos prejuízos provocados pelos seus negócios especulativos.

Braga: empresa têxtil sem nome deixa trabalhadores de mãos a abanar

Na segunda-feira, dia 13 de Outubro, doze trabalhadores, na maioria mulheres, chegaram ao local de trabalho, em Ferreiros (Braga), e depararam-se com um pavilhão vazio. Após alegarem “quebra nas encomendas” para mandarem os trabalhadores para casa por alguns dias, os administradores da empresa simplesmente evaporaram-se com o material todo, deixando de atender o telefone.

Igualmente caricato e trágico é o facto de os trabalhadores, recrutados através do Centro de Emprego em Maio, desconhecem o próprio nome da empresa, que no Centro de Emprego tinha um nome e nos recibos de vencimento outro diferente.

Entre os trabalhadores fala-se de casos semelhantes protagonizados pela mesma administração noutras fábricas em Vila do Conde. Este é apenas mais um exemplo das técnicas mafiosas e esclavagistas que reinam no mundo empresarial. O pretexto da “crise” apenas põe a descoberto, num momento em que se assiste ao “salve-se quem puder” dos patrões, a situação prevalecente em muitas empresas.

Mais duas empresas têxteis fecham no Vale do Ave

Em Guimarães, duas empresas, a SJC-Confecções, na freguesia da Costa, e a Malhas JC e Silva, em Creixomil, encerraram em Outubro deixando 84 trabalhadores no desemprego e com salários em atraso.

Na SJC-Confecções 40 funcionários ficaram com metade do subsídio de férias e com os salários de Setembro e de Outubro em atraso.

A Malhas JC e Silva requereu o processo de insolvência no Tribunal de Guimarães, pelo que os 44 trabalhadores aguardam pela declaração de falência da empresa para poderem receber os salários de Setembro e de parte de Outubro.

Muitas das pequenas e médias empresas têxteis do Vale do Ave trabalham para empresas de maior dimensão que por sua vez produzem para grandes marcas ou grupos económicos. A Zara é um dos principais clientes da região e está em constante procura de locais onde possa explorar mão-de-obra ainda mais barata.

Lusosider suspende 90 % dos contratos

A Lusosider, antiga Siderurgia Nacional, em Paio Pires (Seixal), suspendeu temporariamente 90 por cento dos contratos de trabalho. São 174, de um total de 194, os trabalhadores que vão parar a actividade, pelo menos até Março de 2009, recebendo apenas dois terços do salário normal ilíquido.

Já em Março deste ano a Lusosider anunciou o despedimento de 65 trabalhadores, na sequência da unidade de produção de laminado a frio.

A Lusosider resultou da privatização da Siderurgia Nacional e é detida pela empresa brasileira Companhia Siderúrgica Nacional desde 2006.

Fecho da Macmoda II

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços apresentou uma queixa-crime contra a administração da Macmoda II, isto depois da suspeita de gestão danosa que terminou no encerramento das 30 lojas de vestuário que a empresa tem no país, do qual decorreu a perda do posto de trabalho para 157 pessoas.

Segundo António Neto, responsável pelo departamento de contencioso do sindicato, “houve uma tentativa clara da administração em funcionar com contas paralelas e com o nome de outra sociedade”.

Os estabelecimentos situados em centros comerciais foram vendidos a outras empresas e a Macmoda ficou com pouco mais de 20 lojas e, em 2006, na sequência de uma desestruturação do grupo Maconde foi criada a Macmoda II. “Ainda montámos mais dez lojas e o primeiro ano correu bem, mas a partir de Agosto deste ano, sem qualquer razão, deixaram-nos sem vencimentos e informações”, afirmou Adélio Costa, há 35 anos na empresa.



Lisboa: mais de 1000 pessoas protestam contra onda xenófoba e Pacto Sarkozy

Dia 12 de Outubro, pelas 15h, iniciou-se no largo do Martim Moniz, em Lisboa, uma manifestação que juntou mais de 1 000 pessoas em protesto contra a recente onda de xenofobia e o Pacto Sarkozy. Nem a intensa chuva que se fez sentir desmobilizou os manifestantes que percorreram a Baixa Lisboeta com um espírito verdadeiramente combativo, exigindo documentos para todos e denunciando as condições miseráveis em que os imigrantes ilegais são obrigados a viver.

Durante todo o protesto ouviram-se palavras de luta: “Documentos para todos”, “Abaixo Sarkozy”, “Não à Europa Fortaleza”, “Ninguém é ilegal”, e fez-se sentir a determinação das pessoas que, empunhando cartazes e faixas, reivindicavam a regularização de todos os imigrantes e o fim da sua discriminação.

Esta manifestação, convocada por mais de 30 organizações de defesa dos imigrantes e integrada numa jornada de protestos a nível mundial, ocorreu uma semana antes da data prevista para a aprovação pelo Conselho Europeu do Pacto de Imigração e Asilo na União Europeia, cujo objectivo principal é reforçar os controlos nas fronteiras da União Europeia, simplificando os procedimentos de expulsão dos imigrantes ilegais. O novo Pacto continua a ter como finalidade a agilização dos processos de expulsão dos imigrantes sem documentos, já incluída na chamada Directiva de Retorno (também conhecida como a Directiva da Vergonha), que foi aprovada pelo Parlamento Europeu em Junho. Estas directivas propõem que os estrangeiros encontrados em situação ilegal na Europa sejam forçados a abandonar o continente; se resistirem poderão ser presos por um período que pode ir até aos 18 meses e ficam ainda proibidos de regressar durante vários anos. É ainda de salientar que até os menores, não acompanhados, poderão ser expulsos. Paralelamente a este pacote de medidas que visa dificultar a legalização dos imigrantes e facilitar a sua expulsão, a comunicação social tem levado a cabo uma campanha por toda a Europa de discriminação dos imigrantes, utilizando-os como bodes expiatórios para todo o tipo de problemas e fomentando reacções xenófobas e racistas receptivas à aplicação destas medidas.

Estas propostas vergonhosas de perseguição dos cerca de 8 milhões de indocumentados que vivem no continente Europeu, surgem num momento em que se agrava a crise do sistema capitalista e em que os Estados intensificam a repressão exercida contra os trabalhadores, em especial, contra os mais desprotegidos, os trabalhadores que se vêem obrigados a sair da região ou do país onde vivem, para fugir da guerra, da fome e da miséria e procurar melhores condições de vida.

Como se pode ler na convocatória do protesto, a luta que os imigrantes travam “é uma luta emergente contra as pretensões de expulsão dos(as) imigrantes, contra a vergonha de uma Itália que estabelece testes ADN como instrumento de perseguição dos ciganos(as), contra as rusgas selectivas, arbitrarias e estigmatizantes, contra a criminalização dos(as) imigrantes, contra a ofensiva das políticas securitárias e racistas, alimentadas pelo tratamento jornalístico distorcido feito por alguns meios de comunicação social.” Não deixemos parar esta luta, porque todos somos pessoas, porque nenhum ser humano é ilegal e o mundo pertence a todos!

Pastelaria Lua de Mel fecha sem aviso e PSP agride os trabalhadores



Os 20 trabalhadores da pastelaria Lua de Mel, situada na Baixa de Lisboa, estão diariamente em vigília frente às instalações desde o dia 15 de Novembro, aguardando por um esclarecimento dos patrões que teima em não aparecer. Tudo começou no dia 14 de Novembro à noite, sexta-feira, quando após um dia normal de trabalho, os trabalhadores receberam um telefonema informando que a pastelaria iria encerrar durante três dias para limpezas. Estranhando a situação, pois o sócio gerente, José Fernandes, não havia mencionado qualquer limpeza e até tinha recebido vários pedidos de encomendas para os dias seguintes, os funcionários decidiram voltar à pastelaria no sábado de manhã, dia 15, encontrando vários homens a “limpar” a pastelaria de todos os bens que lá existiam, retirando todas as máquinas e equipamentos que encheram pelo menos sete carrinhas. Os trabalhadores tentaram impedir a saída das carrinhas com o recheio das instalações e foi chamada a PSP. As forças policiais (que incluíam vários elementos do corpo de Intervenção) esperaram até cerca das 19h45, hora em que as lojas das redondezas já tinham fechado e o número de pessoas que por ali passava era reduzido (evitando assim que a população se juntasse ao protesto e assistisse ao que se iria passar), para cercar as instalações da pastelaria (desde a Rua da Prata onde esta se situa até ao fim da Rua de Santa Justa) para deixar sair as carrinhas com o material da pastelaria e agredir os trabalhadores que protestavam. Dois deles, Mário Sousa e António Mendes Costa, tiveram mesmo de receber assistência hospitalar devido aos ferimentos.

Os trabalhadores da pastelaria Lua de Mel, alguns com mais de 50 anos, têm um contrato colectivo de trabalho, sendo que alguns deles contam com 30 anos de casa e nunca tinham ouvido dos patrões que a pastelaria iria encerrar. Desde o início que tentam contactar com os sócios gerentes, José Fernandes e Augusto Ferreira, mas estes mantêm-se incontactáveis. Entretanto, já foi interposta uma providência cautelar para suspender este encerramento ilegal e foi pedida uma reunião ao Ministério da Administração Interna

(MAI) para questionar o comportamento cobarde da PSP que não só deu cobertura à retirada do recheio da empresa, como ainda agrediu os trabalhadores. Como não receberam qualquer notificação de desemprego, os trabalhadores vêm-se obrigados a comparecer todos os dias junto à pastelaria, cumprindo na rua o seu horário, pois se não o fizerem pode-se alegar que não estão no seu posto de trabalho e justificar assim o seu despedimento. Contam com a solidariedade dos vizinhos e dos clientes que por ali passam e se deparam com o papel nas montras do estabelecimento informando sobre a falsa “limpeza” que foi apenas um estratagem para os patrões enganarem os trabalhadores e desaparecerem com tudo sem prestar contas a ninguém.

A advogada da sociedade que detém a pastelaria Lua de Mel, Alice Ferreira, veio uns dias depois informar que a empresa se debatia com dificuldades financeiras e que a gerência decidiu fechar portas, admitindo que “deveria ter sido feito um pré-aviso de encerramento” mas “a gerência optou por não o fazer” (*Diário de Notícias de 19/11/2008*). Alice Ferreira disse ainda que “a casa foi entregue ao senhorio porque o contrato de arrendamento cessou em Outubro” mas não quis revelar qual foi o destino do recheio da casa, referindo que existem 200 mil euros para distribuir por 17 trabalhadores e que os restantes 3 funcionários já foram levantar o cheque. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, a indemnização proposta corresponde a 70% do valor devido e se os trabalhadores optarem pela via da indemnização vão exigir os 100%.

A gerência desta antiga pastelaria da Baixa Lisboeta escolheu fechar a casa, sem sequer comunicar aos empregados e teve ainda o descaramento de os tentar enganar. Esta situação é bastante ilustrativa de como os patrões têm sempre “a faca e o queijo na mão” e fazem o que bem entendem com a vida de quem exploram. Por outro lado, podemos concluir também que, uma vez mais, a polícia, ou seja, os laçaios prontos a servir os interesses do Estado e do Capital, aparecem sempre nas melhores alturas: a tempo de silenciar a mínima voz de protesto e de usar da sua força bruta para calar quem realmente trabalha. É de salientar ainda que um dos trabalhadores agredidos vai fazer queixa contra a actuação da PSP e que os trabalhadores se mantêm unidos e com vontade de lutar pelos seus direitos.

Trabalhadores do lixo de Lisboa em greve de cinco dias contra privatização

Os trabalhadores da higiene urbana da Câmara de Lisboa vão realizar uma greve de cinco dias, de 8 a 11 de Dezembro, em protesto contra a intenção da Câmara em privatizar os serviços de limpeza na zona da Baixa/Chiado.

A decisão foi tomada após a realização de dois plenários (um, quarta-feira, para o serviço nocturno e outro, quinta-feira, para o serviço diurno) e abrange entre 2.000 a 2.500 trabalhadores do Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Lisboa, incluindo cantoneiros, motoristas e pessoal administrativo e técnico.

A Câmara desmente a intenção de privatizar, mas na verdade vai abrir um concurso para atribuir a limpeza da zona a uma empresa privada, como forma de proceder a “um reforço de trabalhadores para a zona da Baixa Pombalina”. Uma forma, a que já nos habituámos, de ir substituindo os trabalhadores da Câmara por outros com vínculo precário e menos direitos (sem direito à greve por exemplo!), ao mesmo tempo que se entregam verbas chorudas aos empresários amigalhões!

IBEL (Oliveira de Azeméis) despede 55 trabalhadores

55 trabalhadores da IBEL (Irmãos Bernardes, S.A.), uma empresa de Oliveira de Azeméis que fabrica componentes plásticos, sobretudo para a indústria automóvel, em processo de insolvência desde o início do ano, receberam cartas de despedimento no início de Novembro.

A empresa, que tem um quadro de 80 trabalhadores, poderá encerrar definitivamente no final do ano, deixando no desemprego mais 25 operários que até então asseguram as encomendas em carteira.

A empresa deve aos trabalhadores o subsídio de Natal de 2007 e meio mês de Janeiro. Os trabalhadores reivindicam uma dívida global aproximada de 1,7 milhões de euros. A dívida à banca rondará os 3,5 milhões.

Já em Setembro de 2007, os então 150 trabalhadores da IBEL, divididos pelos sectores da metalurgia e da química – a grande maioria não sendo sindicalizada –, chegaram a parar a produção em protesto contra a falta de pagamento do salário de Agosto e do subsídio de férias.

Mais despedimentos na Yasaki

Mais 145 trabalhadores vão ser despedidos da fábrica da multinacional Yasaki Saltano em Vila Nova de Gaia, somando-se aos 712 já despedidos este ano por esta fábrica de cablagens.

A mesma empresa despediu 533 trabalhadores da sua unidade em Ovar, no início de 2007.

Encerramento da Agrovil (Braga)

Os 70 trabalhadores da Agrovil, fábrica de máquinas agrícolas em Lomar, Braga, juntaram-se no passado mês de Novembro à lista de trabalhadores enganados pelos patrões nas pequenas e médias empresas do Norte de Portugal.

No dia 18 de Novembro iniciaram uma greve, reclamando o pagamento do salário de Outubro, de 50% do subsídio de Natal de 2007 e do subsídio de férias de 2008. Os trabalhadores viram as sucessivas promessas do patronato, de que iriam pagar o devido, caírem em saco roto e suspeitaram da entrada na empresa de novos gestores que representavam uma outra empresa, a Palcovelo.

Ora acontece que a Agrovil acabou por encerrar as portas poucos dias depois, atirando para o desemprego os cerca de 70 trabalhadores, dando lugar à Palcovelo! Os procedimentos foram ilegais, os trabalhadores deveriam ter sido avisados do fecho da empresa com 60 dias de antecedência. Mas isso pouco interessa e a PSP protege as instalações da empresa contra os trabalhadores!!! Os trabalhadores avançaram entretanto com uma providência cautelar para evitar a transferência dos bens da Agrovil para a Palcovelo.



Quanto valem 25 Euros em polémicas?

(continuação da página 1)

A ameaça foi feita: se o salário mínimo subir para os 450 Euros, os trabalhadores a prazo das pequenas e médias empresas – todos? – não verão o seu contrato de trabalho renovado. Miudezas jurídicas à parte, isto é um lock-out mas parece que ninguém se importa muito com isso. Quanto a nós, duvidamos que a chantagem seja posta em prática porque empresas virtualmente sem trabalhadores não produzem coisa alguma mas, seja como for, esta atitude causa asco, repugna, enjoa.

O salário mínimo português é o mais baixo da Europa ocidental e tem vindo a perder poder de compra desde 1975, quando foi necessário um clima de pré-revolução para o fazer aumentar de uma forma que fosse, pelo menos, visível, o que por si só, convenhamos, dá que pensar. É uma ironia curiosa que quem mais proteste seja quem mais garantias tem, nomeadamente os trabalhadores públicos, que formam a espinha dorsal do sindicalismo português. Quanto à classe trabalhadora, o proletariado propriamente dito, existe apenas enquanto espectro, surgindo fantasmagoricamente aqui e ali quando as fábricas fecham para evitar que as máquinas sejam retiradas pelos patrões e desaparecendo da vista logo em seguida. Ninguém o vê e, por isso mesmo, muitos julgam até que ele já nem existe.

Era da praxe que algum “especialista” na teologia de mercado esgrimesse o argumento de que o aumento dos salários não deve ser superior ao aumento da produtividade do trabalho, mas que dizer disto: nos últimos 30 anos o peso dos salários dos trabalhadores por conta de outrem no PIB caiu em mais de 10 por cento! O aumento dos salários não consegue sequer acompanhar o aumento na produção de riqueza, quanto mais suplantá-lo! E a que bolsos irá parar esta riqueza adicional? Não será difícil descobri-lo, porque o país com os salários mais baixos da Europa também é aquele com as maiores disparidades em termos de rendimentos e, se temos uma pessoa em cada cinco em risco de

pobreza, também temos os gestores mais bem pagos do continente! Se a produtividade do trabalho em Portugal já atinge os 70% da média europeia, o salário médio não vai além dos 25% da mesma. Causará por isso espanto que, recuperando um velho costume nacional, as pessoas tenham recomeçado a emigrar e que, só para aborrecer os xenófobos e a sua mania de culpar os imigrantes por tudo, o saldo migratório em Portugal se tenha tornado negativo outra vez, com mais gente a sair do país do que a entrar nele? O futuro do capitalismo português não é particularmente risonho, eternamente agarrado à super-exploração da mão-de-obra barata numa economia – usemos o eufemismo oficial – em que o valor comparativo da mesma é cada vez menos importante. A automação já progrediu tanto que, numa empresa moderna, as despesas com os salários não vão além dos 12 a 15% da despesa total. Mas o baixo salário desincentiva o “investimento” porque a maquinaria custaria mais caro do que os trabalhadores que vai substituir e, conseqüentemente, tudo fica na mesma.

“Portugal não tem futuro, sejamos, portanto, Europeus”, assim pensaram os Eurófilos mas, à parte de uma “estrela” ou outra da exportação, como a indústria de moldes ou o calçado (abundantemente nutrido com os salários de fome dos trabalhadores do Norte e uma pitada ou outra de trabalho infantil), a quase totalidade do tecido produtivo nacional acabou arrasada pela concorrência em campo aberto com os capitais europeus, muito mais produtivos do que ele, e 70% de tudo o que este país consome já tem que ser importado. Do ponto de vista do capitalismo da Europa central, os fundos de coesão foram um bom investimento, com 70 cêntimos a regressarem sob a forma de procura de bens e serviços para cada Euro investido.

Em suma, não se vê grande saída para a crise estrutural do capitalismo português, agravada pela crise do capitalismo financeiro à escala mundial, restando à classe dominante fazer o que pode para pôr os prejuízos sobre as nossas costas. E nós lá vamos aguentando o fardo, progressivamente mais pesado – até quando?

José Trindade



Vitória dos trabalhadores da Fidar ao fim de dois meses e meio de luta

Os operários e operárias da Fidar puderam, no passado dia 17 de Outubro, desmobilizar o piquete que vinham mantendo por turnos à porta da empresa desde o dia 1 de Agosto, para evitar a retirada dos bens da empresa, após terem sido despedidos sem qualquer garantia de pagamento dos direitos salariais e indemnizações devidas. Isto porque o tribunal de Guimarães decidiu, no dia 15 de Outubro, a favor dos trabalhadores que pediam a insolvência da empresa e a nomeação de um administrador judicial, que assegurasse o pagamento das dívidas da empresa aos trabalhadores.

De acordo com a decisão do tribunal, os seguros de uma empresa privada que o patrão tinha colocado a vigiar as instalações da fábrica foram substituídos por seis trabalhadores da Fidar. São agora estes trabalhadores, pagos pela empresa, administrada judicialmente, que asseguram que nada sai da fábrica.

Os trabalhadores aguardam agora pela reunião da assembleia de credores, onde estarão representados, no dia 27 de Novembro. Só então haverá desenvolvimentos sobre o rumo da empresa, estando em princípio garantidas as indemnizações dos trabalhadores.

Após dois meses e meio, os operários da Fidar ainda não se desabituarão de ir à porta da fábrica ver como estão as coisas. Só agora começam a interiorizar a situação de desempregados (a média de anos de trabalho na Fidar é de 25 anos, sendo que muitos estão lá desde o início há 35 anos).

Mais do que a decisão do tribunal, o factor decisivo para esta primeira vitória foi a iniciativa dos 95 trabalhadores (de um total de 150 despedidos pela Fidar) que recusaram assinar um acordo de rescisão que não lhes dava garantias, permanecendo durante dois meses e meio, 24 horas por dia, de guarda aos portões da Fidar para defender os seus direitos, resistindo às provocações da entidade patronal, coadjuvada pela GNR.

Nas palavras de um dos trabalhadores da Fidar, a luta que estes levaram a cabo “deu um exemplo ao patronato da região, de que não pode fazer aquilo que lhe apetece”.

Os Professores em Luta

A 8 de Março de 2008, em Lisboa, 100.000 professores manifestam-se na rua. A 8 de Novembro, 120.000. Uma semana depois, a 15 de Novembro, cerca de 10.000. Qual o verdadeiro significado destes números?

De imediato, a quantificação de uma **consciente e directa oposição**, por parte dos visados, em relação às reformas que o governo tenta obrigar toda uma classe profissional a aceitar. Oposição essa consequência de uma profunda insatisfação e mal-estar gerados, em primeiro lugar, pela determinação de um novo Estatuto da Carreira Docente (ECD), cujos objectivos são quase unicamente economicistas, além de instaurador tanto de uma arbitraria hierarquização categorial entre os professores (titulares e não-titulares) como de poderosos entraves à progressão na carreira, que no fundo é o que se pretende (economizar nos salários, impedindo a maioria dos professores de virem a atingir os escalões superiores da carreira, levando os professores já próximos da altura de reforma a reformarem-se mais cedo, para assim deixarem lugares vagos a serem ocupados por professores contratados, ainda jovens, em início de carreira, e a quem se paga muito menos e se desloca para onde mais for conveniente); e, em segundo lugar, pela imposição de um modelo de Avaliação de Desempenho completamente inexecutável pela carga de burocracia que implica, fomentando uma grande degradação na qualidade do trabalho e da vida social e pessoal daqueles que a ela deverão ser sujeitos.

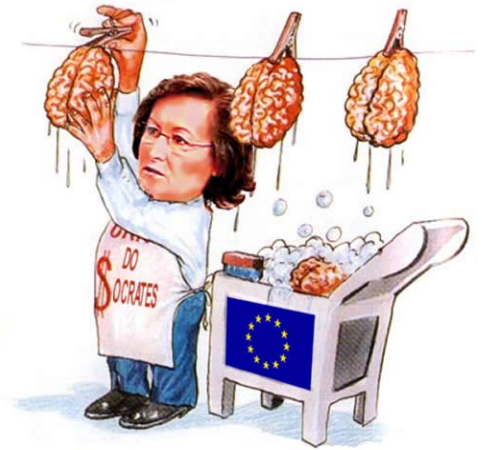
E igualmente de imediato, a quantificação de um **firme repúdio crescente**, que a pouco e pouco por todas as Escolas foi ganhando forma e descobrindo modos de organização e expressão dos argumentos que o alicerçam. Movimento surgido espontaneamente a partir de um sentimento generalizado de injustiça e de desrespeito sofridos, provocados pelas atitudes, pelas mentiras descaradamente afirmadas com tanta frequência nos meios de comunicação social, pelos decretos em catadupa e pelos constantes autoritarismo, chantagens e ameaças com que a Ministra e seus acólitos, desde o princípio dos seus mandatos, se relacionaram com os professores: de um modo extremamente incompetente e prepotente, mesmo se apenas tivermos em conta quais são os seus cargos, quais são as suas funções e o que deles se espera dentro de uma perspectiva de governo da sociedade democrática que supostamente deveriam defender.

120.000 professores correspondem a 80% dos cerca de 150.000 professores existentes em Portugal, e nunca no nosso país uma classe profissional se manifestou nas ruas com uma tão alta percentagem de adesão, apesar de muitos deles, talvez a maior parte, nem sequer serem sindicalizados, ou de até serem

simpatizantes ou militantes do partido Socialista que ocupa agora o governo, ou meros eleitores habitualmente votantes nesse partido. Além de que inúmeras das pessoas presentes na grande manifestação de 8 de Março participavam pela primeira vez na vida numa manifestação de rua, o que é demonstração inegável dos efeitos nefastos das reformas do sistema de Educação que estão a ser decididas, unilateralmente, por meia dúzia de ignorantes e autistas convencidos da sua absoluta sabedoria sobre a matéria, nitidamente contra os professores.

Da totalidade dos professores, apenas 30.000 não estiveram presentes, e um grande número deles de certeza que ou por motivos de saúde, ou por falta de meios para se deslocarem a Lisboa, ou por medo, e alguns provavelmente por comodismo ou preguiça. Desses 30.000, quantos os que verdadeiramente apoiam a política para a Educação do governo actual? É evidente que existe sempre quem siga cegamente todas as directivas do partido a que pertence ou no qual votou nas últimas eleições. Assim como existe sempre quem realmente acredite que esta política do Ministério da Educação seja a certa, a adequada à situação e a única com possibilidade de ser eficaz. Assim como existe quem receie sérias represálias, por desobedecer a ordens superiores, e tal é sem dúvida o caso, por exemplo, dos Conselhos Executivos de ainda um grande número de Escolas. É evidente que nunca serão todos os professores a estarem contra este modelo de Avaliação do Desempenho ou contra o decretado ECD – mas talvez sejam todos menos uns poucos milhares.

Então (e apesar do aparente recuo e algumas enganosas e minúsculas cedências anunciadas recentemente por parte da Ministra da Educação, sob as ordens veladas de um Conselho de Ministros manobrado pela mão do seu chefe supremo, o Sr. Engenheiro Magalhães, incansável, e ele sim, competentíssimo ao serviço do grande Capital), o que se afigura como previsão do que poderá vir a acontecer, é, sem dúvida, o endurecimento e a talvez radicalização dos modos de acção, entre os quais, de certeza o mais objectivo e o que melhor expressará a vontade deste Movimento de professores em luta, o da **acção directa** – que se deseja que se traduza, na prática, por parte de cada professor, e para já, na recusa de concretizar qualquer acto exigido pelo modelo de Avaliação do Desempenho imposto pelo Ministério. Cada vez é maior o número de Escolas em que o processo de Avaliação já foi suspenso. E se o ânimo dos professores não esmorecer e não se deixarem enganar (e esperemos que não), certamente que eles descobrirão por si, e fora da alçada dos sindicatos, como em grande medida o têm demonstrado, uma resposta adequada à prepotência mais do que descarada deste Governo. Prepotência que, pelos vistos, até já muitos da mesma pandilha consideram ultrajante para a ordem democrática que



dizem defender, mas na verdade é isso que é a democracia: um regime de dominação autoritária disfarçado com sedutoras máscaras de realidade virtual (aquela que parece ser, sem realmente ser como se mostra).

Mas há um outro aspecto que é necessário referir, ainda que apenas superficialmente: o aproveitamento que os sindicatos oficiais (Fenprof, FNE, etc.) tentaram fazer de toda a movimentação e acções levadas a cabo pelos professores.

É evidente que tanto numa como noutra das grandes manifestações, se os sindicatos não tivessem organizado as vindas a Lisboa de quem vive longe da capital, certamente que o número de manifestantes teria sido bastante menor. Mas também é certo que muitos professores, que vieram nos próprios autocarros dos sindicatos a partir de cada Escola, vila ou cidade, não são sindicalizados. Muitos autocarros também poderão ter sido fretados pelos próprios professores de uma mesma Escola, sem ligação a qualquer das organizações sindicais existentes.

No plenário final da manifestação de 8 de Março foi aprovado por todos os presentes a exigência à Ministra de uma reformulação do ECD assim como a imediata suspensão, sem qualquer negociação, do modelo de Avaliação do Desempenho que o Ministério pretende impor. O que depois aconteceu foi que os sindicatos, em 12 de Abril, e contra o que por 100.000 professores tinha sido decidido, assinaram um memorando de entendimento com a Ministra, em que por certo se comprometiam a acalmar os ânimos dos professores revoltados, aceitando a criação de uma comissão paritária para gerir todo o processo de negociação de uma hipotética revisão do modelo, a ser iniciada em Junho de 2009. O que receberam os sindicatos em troca? O compromisso do Ministério de que, no ano lectivo de 2007/2008, apenas os professores contratados seriam avaliados segundo uma avaliação simplificada.

Perante essa situação de traição por parte dos sindicatos, generalizou-se por muitas Escolas do país um sentimento de indignação pelo facto consumado do tal acordo, que contradizia o firmemente decidido em 8 de Março. Por praticamente todas as Escolas do país, ao se saber da assinatura bilateral desse memorando de

entendimento, foram inúmeros os professores que rasgaram o cartão de sócio do sindicato a que pertenciam, outros que o abandonaram, e muitos, mesmo muitos, os que, espontaneamente, um pouco por todo o lado e em cada Escola, se organizaram no actual Movimento que, no campo da acção, e por enquanto, nada tem a ver com o que, à partida, os actuais sindicatos no fundo querem: manterem-se como os únicos instrumentos de negociação reconhecidos pelo Estado, usufruindo os seus dirigentes de um protagonismo que a eles também lhes dá Poder e o prazer e a vaidade de o exercerem. Os sindicatos, tal como hoje em dia existem, não são mais do que meros aparelhos do controlo do próprio Estado e do Capitalismo sobre quem trabalha e nesse trabalho é explorado. É portanto notória a hipocrisia de um dirigente sindical como o Mário Nogueira, que agora tem o descaramento de dizer que se então, em Abril, assinou o acordo, foi apenas para “salvar” o ano lectivo dos alunos, e que já podemos de novo voltar à contestação, pois ainda nos encontramos no 1º Período deste ano escolar.

O resultado dessa traição acabou por ser penalizador para os sindicatos que assinaram o acordo. Começaram a surgir movimentos de professores independentes (como o MUP e a APEDE) que se organizam fora dos sindicatos, que escolheram como modo de comunicação os blogues, os emails ou os sms, e que, através de reuniões e de contactos entre Escolas, num progressivo crescendo conseguiram trazer de novo à rua, uma semana depois da manifestação de 8 de Novembro, cerca de 10.000 professores. Deve-se aqui sublinhar o golpe oportunista dado pela Plataforma Sindical que integrou e organizou a manifestação de 8 de

Novembro. Os movimentos independentes de professores já há muito que tinham agendada a manifestação de 15 de Novembro, por julgarem ser urgente voltar de novo à rua e fazer ouvir a sua voz e a sua razão. Ora, sentindo estarem a ser ultrapassados pela realidade de um Movimento que cada vez mais apoio tem por parte dos professores, foi formada a tal Plataforma Sindical e marcada à pressa uma manifestação para uma semana antes, numa clara tentativa de se anteciparem, com o fim



de desmobilizarem e desacreditarem tais organizações independentes. Jogo muito sujo... Mas nem isso foi suficiente para tornar irrelevante a expressão numérica da manifestação de 15 de Novembro. Estiveram lá 10.000 professores, e de certeza que se não tivesse havido a outra manifestação uma semana antes, lá teria estado um número muitíssimo maior de manifestantes.

Por enquanto nada se pode concluir, para além de, mais uma vez, se constatar que os trabalhadores (sejam eles professores ou de qualquer outra profissão) se devem organizar ou fora dos sindicatos ou então criarem novas estruturas sindicais

verdadeiramente revolucionárias, que imponham factos consumados de recusas e exigências irreduzíveis, em vez de escolherem um qualquer dirigente que os represente para se sentar à mesa de intermináveis negociações, das quais demasiado pouco resulta em seu favor.

O que esperar de tudo isto? Mas é evidente que não se deve ter a ilusão de esperar muito, pois mesmo que o governo recue e aceda rever o ECD e o modelo de Avaliação do Desempenho, há que não esquecer que será com os actuais sindicatos que se farão os acordos e que quem costuma ceder sempre mais são os sindicatos – pois tanto os sindicatos como o governo defendem o seu pedaço de Poder e interessa-lhes manter a aparência de perpétuo antagonismo e de mútuas cedências, para que os ânimos se acalmem e não perturbem a continuação do “no essencial, tudo na mesma”. E para mais, se os sindicatos já traíram uma vez, vergonha de traírem outra vez não a terão. O mais certo é, dentro em breve, termos o facto consumado da assinatura de um novo acordo de entendimento. Veremos como os professores a seguir reagirão...

Ah, é verdade, apenas uma nota sobre um facto imensamente deprimente: no fim da manifestação de 15 de Novembro, em frente à Assembleia da República, e depois de exaltados incitamentos, por parte dos oradores presentes, a um redobrar da determinação que esta luta dos professores implica – antes de as pessoas dispersarem para um regresso a casa, cantou-se o hino nacional!!!

P. F.

Manter a Autonomia das Lutas no Ensino!

O susto apodera-se dos homens do sistema, a autonomia reinante nas actuais lutas dos professores e alunos é um pesadelo tanto para o governo como para os sindicatos.

Os protestos dos alunos contra o novo regime de faltas e os protestos dos professores contra o novo sistema que os irá avaliar produziram um movimento autónomo sem precedentes nas últimas décadas.

A autonomia do movimento é prejudicial para o governo pela liberdade que encerra dentro dele e que pode levar a uma luta radical, e para os sindicatos e partidos este mesmo movimento destrói a sua influência controladora e produz efeitos de revolta social que não são desejados por estes.

A ministra mantém-se autoritária e inflexível nas negociações com os professores (tendo já cedido ao movimento dos alunos), o que só traz benefícios ao aumento das lutas e sua radicalidade e malefícios ao governo.

É necessário ultrapassar os sindicatos e o seu reformismo através do estímulo e apoio a estes movimentos autónomos para que algo de diferente se produza em relação aos métodos ineficazes dos sindicatos que temos e que nada de bom têm dado aos trabalhadores.

Recentemente soube-se que os professores acusaram os sindicatos de traição em relação àquilo que desejam ser o carácter das suas lutas e objectivos.

É necessário que os anarquistas mantenham o contacto com estes movimentos e colaborem espicaçando a sua

autonomia e radicalidade que daqui pode advir, colaborando o mais de perto possível.

Este mais que nenhum outro movimento significa uma grande pedra no sapato do sistema e também um grande salto para a frente no progresso da luta social.

É necessário criar outros movimentos do género nos vários sectores da sociedade e do trabalho, se isso acontecer temos uma grande, incontável e talvez violenta autonomia que abalará gravemente o poder.

Só o poder autónomo dos trabalhadores poderá significar mudança, tanto a nível de lutas como de sociedade.

A palavra de ordem está lançada: MANTER A AUTONOMIA DAS LUTAS SOCIAIS!

Rui C.

“Autonomia das escolas”

Quando milhares de pessoas estão envolvidas pelo ofuscante e mediático processo de avaliação dos professores e caminham em protestos válidos num princípio de reconhecimento da afirmação de um Estado e de uma política que merece desprezo e negação de poder; estão estas pessoas distantes, não de uma galáxia mas da:

“Autonomia das escolas”

Trata-se, tão só, de mais uma mentira portuguesa com corruptos servis e iludidos, entre outras figuras a que a história social e política portuguesa já nos habituou.

Com a “nova política de educação” ou a “reforma do sistema educativo”, que se formaliza também no democrático “contrato de autonomia das escolas” com o odor das gavetas do marcelismo, restauradas as velhas ideias de sistema social, implementam-se modelos (mas que modelos!?).

Com este tipo de contrato, o Estado lança as bases para uma venda de escolas e manutenção de um aparente ensino público (como acontece na saúde, o negócio dos hospitais EPE).

Restrito, pouco mediatizado (como previsto), o “contrato de autonomia das escolas” é abafado pelo polémico e questionável modelo de avaliação dos professores e pelo mediático ranking das escolas (relação causa-efeito prevista pelos manobreadores das massas populares e impopulares), entre outras problemáticas relacionadas com o sector do ensino.

A falsa autonomia das escolas promove a injeção de capitais privados nas escolas (propaga o favoritismo, entre outras práticas correntes da sociedade portuguesa no que respeita a cunhas...) e implica as autarquias e a partidização da gestão das escolas, levantando questões nas futuras contratações de professores e funcionários, criando situações de professores de primeira e de segunda, os servis e úteis aos elementos de gestão e os casos de pessoal descartável.

A manutenção e proliferação de escolas para elites sociais e das escolas de carne para canhão do mundo laboral capitalista, a formatação do indivíduo para manter os modelos de lucro e da exploração do Homem pelo Homem numa agressão letal ao planeta Terra.

Que tipo de autonomia propõe o Estado, uma autonomia com líderes?

Quem “compra” e gere os modelos de ensino nas escolas? Que sociedade futura promove a escola, uma sociedade em que se mantém as castas dos governados e dos governantes, dos representantes de carreira e dos eternos explorados e utilizados representados?

Um modelo de autonomia que promove o caciquismo e o servilismo transformando o ensino num negócio fabril em que alunos e professores representam a reforma e revitalização do lucro e manutenção do poder económico e político.

A consulta dos sites e links do ministério da educação, câmaras municipais e escolas em regime de contrato de autonomia, dos sites político-partidários, da

informação mediática “on line” relacionada com o tema do contrato de autonomia das escolas, foi muito útil para esta reflexão.

Fica a sugestão que o leitor faça uma pesquisa sobre o tema e tenha uma reflexão, impulsionando assim a possibilidade de discussão do tema numa sociedade cada vez mais iludida com o seu brilho.

Autonomia com líderes, não parece uma boa relação, será uma patranha ou uma negociata de milhões de euros !?

Que futuras reformas e lutas se irão travar perante modelos autoritários de ensino?

Autonomia sem líderes!

A.A.



Programa Simplex:

Despedimento de professores por SMS???



Abaixo podemos ler o relato de uma professora contratada que recebeu uma mensagem no telemóvel da DGRHE (Direção Geral de Recursos Humanos da Educação, organismo do Ministério da Educação) indicando que estava despedida:

“Depois de um dia de trabalho na escola que começou às 8h e terminou às 20h...recebo um SMS (mensagem escrita de telemóvel) da DGRHE (recursos humanos do Ministério da Educação) que dizia o seguinte: «O seu contrato está a

terminar: Alerte a escola para dar por finda a sua colocação. DGRHE».

Depois do choque... e perante esta situação dirigi-me ao Conselho Executivo da escola onde estou colocada e mostrei o dito SMS. A Presidente do Conselho Executivo ficou perplexa e disse-me que não tinham conhecimento de nada! Ora bem fui para casa, sem saber da minha vida e a pensar e meditar na forma como esta informação me tinha sido dada! Despedimento por SMS! Mesmo sendo uma brincadeira ou um engano é no mínimo de muito mau gosto e mostra a forma como os professores são tratados pelo Ministério da Educação, sem qualquer tipo de respeito. Será este o nosso futuro?...as novas tecnologias a simplificar os despedimentos?

No dia seguinte, lá fui eu trabalhar, sem saber da minha vida, e depois de cumprir com as minhas obrigações voltei ao Conselho Executivo para saber se por acaso tinham novidades! Afinal estou despedida ou não? (isto é surreal!!!), pois nada sabiam... Passada uma hora a tentar contactar a DGRHE – pelos vistos não são

só os professores que ficam em espera, pendurados ao telefone, as escolas nem têm uma linha directa para este organismo! - lá vem a resposta: parece que a DGRHE andou a enviar este SMS a todos os professores contratados com horários temporários, pelos vistos «choviam» telefonemas para saber do que se tratava. Informaram a escola que o SMS não pretendia despedir os professores mas sim avisá-los que se fossem despedidos deviam informar a escola onde leccionavam por forma a esta não se esquecer de os voltar a colocar na lista de colocações! E esta!? Que grande trapalhada...

A informação que me foi dada é que por enquanto continuo na escola... pelo menos por mais um mês... Daqui a um mês logo se vê! Se a colega que fui substituir voltar, lá vou eu para o desemprego. Esta é a realidade... Esta é a forma desumana como nos tratam... Este é o respeito que têm pelo nosso trabalho.

M. S.”



Economia, a impunidade na continuidade

(continuação da página 1)

E assim se nacionaliza um buraco negro, onde tudo realmente é muito escuro, onde para não variar nunca se sabe muito bem o que se passou e o que se vai passar. Vítor Constâncio, Teixeira dos Santos e companhia, são os que decidem hoje o nosso futuro e serão também os que decidirão amanhã. Aconteça o que acontecer, é a ditadura da impunidade na continuidade. Ninguém é culpado, ninguém sabe de nada, ninguém viu. Numa altura em que se fala tanto de combate à criminalidade, está visto que o combate ao crime que se fala nas TV's é em relação ao pé rapado e não aquele que verdadeiramente nos lesa a todos, ano após ano, século após século.

No nosso país quem rouba 500 euros é um ladrão nojento, mas quem rouba 500 milhões de euros é um tipo refém de "circunstâncias anómalas", ou "vítima de direcções anteriores" ou ainda (a minha preferida) "alvo de uma cabala".

Fátima Felgueiras é o caso típico de uma ladra de topo, ou seja, uma pobre coitada vítima de pessoas mal intencionadas. Resumindo, ficamos a saber que maternidades e centros de saúde foram encerrados para conter despesas e reduzir o deficit. A função pública reduz os seus quadros, milhares de pessoas são postas de parte no novo sistema de mobilidade, os aumentos estão congelados há anos. As reformas têm penalizações brutais, pretende-se que se trabalhe até aos 65 anos e de preferência 65 horas semanais. Os recibos verdes ou os contratos semanais ou mesmo diários são a realidade de muitos, o desemprego faz novos amigos todos os dias e estima-se que encerrem 30 lojas por dia em Portugal ao mesmo tempo que as fábricas vão fechando por todo o lado, o país produz cada vez menos e vai entrando em colapso lentamente, a emigração sobe 50% num ano, o governo à boa maneira estalinista pede sacrifícios a todos e diz que vamos no bom caminho, sendo que não existe dinheiro para reformas na saúde, educação ou justiça e eis que...eis que afinal existe dinheiro para ajudar um banco "em aflição".

O Estado como é bonzinho e preocupa-se com as poupanças dos portugueses apressa-se a nacionalizar o BPN, o estranho é que nunca tenha manifestado a mesma preocupação e accionado os mesmos mecanismos para salvar uma das inúmeras fábricas ou empresas que encerram todos os anos.

Basta de hipocrisia, basta de arrogância e prepotência. Dos partidos nada podemos esperar que não seja demagogia, já que aquilo que criticam hoje será o que farão amanhã. Não o dizemos como uma fatalidade marxista, mas como um facto que a história comprova. Os partidos dividem para reinar, não pensam nas pessoas mas sim em atingir o poder. Os sindicatos, correias de transmissão partidárias, têm um papel de contenção legalista, preconizando formas de luta ridículas como greves de meio dia, duas horas e coisas do género. A luta sindical deve ser feita de baixo para cima e não de cima para baixo, deve ser uma tomada de posição dos trabalhadores, sem intermediários, sem porta-vozes desconhecidos dos trabalhadores. A luta sindical que faz sentido é aquela em que os trabalhadores se auto-organizam sem necessidade de hierarquias, em que a solidariedade e a acção directa são a resposta lógica ao abuso patronal.

É este o nosso repto a quem trabalha, enquanto anarco-sindicalistas. Pelo fim da impunidade dos mesmos do costume. Pelo combate aos parasitas que vivem da nossa apatia e que decidem da nossa vida consoante os seus interesses pessoais. Por uma sociedade justa e livre, não te deixes manipular, organiza-te e luta!

José Cordeiro



Os lucros da alta finança

Os bancos que operam em Portugal obtiveram, no primeiro semestre deste ano, um lucro global de 1075 milhões de euros, ou seja, **a banca lucrou 5,9 milhões de euros por dia!** Alguém falou em crise?

Fim do socialismo capitalista. A revolução de Outubro de 2008 do capitalismo. Usemos a economia. (*)

Outubro de 2008 será a data lembrada na história da humanidade como aquela em que o poder político se rojou aos pés do poder económico, apesar da total derrocada deste último. Os servos e escravos do poder político, do Estado e seus governos, e das burocracias políticas e sindicais, prestaram vassalagem ao seu amo e senhor, o capitalismo de mercado e de Estado. A simbiose do poder, económico e político, mostrou-se em perfeita harmonia para salvar um sistema político estatal e um modo de produção capitalista, de mercado e estatal, que fracassou por si mesmo, atascado nos seus próprios detritos de corrupção, guerras e injustiças económicas e sociais, roubos e espoliações, perpetrados pelos seus dirigentes políticos e económicos.

O socialismo capitalista posto em prática por todos os governos do mundo, entregando à banca, ao capitalismo financeiro, todos os recursos públicos detidos pelo Estado, e comprometendo as gerações futuras no pagamento de tantos roubos e espoliações, com o fim de consolidar um sistema económico capitalista e estatal (que poderíamos denominar capitalismo de Estado, socialismo de Estado, capitalismo de mercado, socialismo de mercado, mas que, em última análise, é capitalismo e Estado), constitui a maior redistribuição da riqueza, efectuada segundo critérios de aumento da injustiça e da concentração da riqueza a nível mundial e na história da humanidade, nas mãos de uma aristocracia do dinheiro e da propriedade que governa o mundo de forma ditatorial. E que fez a sua própria revolução de Outubro de 2008 apropriando-se de todos os recursos da sociedade, num golpe de Estado económico e político que não requereu qualquer mudança de governo e foi impunemente levado a cabo em total acordo com o poder político, com os governos.

Não foi imputada nenhuma responsabilidade, nem à aristocracia do dinheiro nem aos governos, pela gestão de um sistema político e económico, estatal e capitalista, que fracassou em si mesmo e por si mesmo. E que reclamou todos os recursos económicos da sociedade para os utilizar sem nenhum tipo de custo nem de controlo, exigindo que sejam os mesmos gestores capitalistas que levaram a economia capitalista ao desastre a superintender agora, através do Estado, as ajudas estatais ao capitalismo. O Secretário de Estado do Tesouro dos EUA é o paradigma perfeito da corrupção moral, económica e social, e do roubo e golpe de Estado capitalista.

Nem uma só palavra, nem uma única política de actuação dirigida a todos os que perderam as suas casas por terem perdido os empregos e os salários. Milhões de pessoas na pobreza não são sequer mencionadas. O socialismo estatal e capitalista revela-se em toda a sua cruzeza. A via política para o socialismo não é uma outra via, é o caminho para a reprodução do capitalismo e do Estado, daquilo que, supostamente, queria alterar, reprodução essa em benefício das burocracias políticas e sindicais que dela beneficiam directa e pessoalmente.

As previsões anarquistas de Bakunine e de Kropotkine cumprem-se com rigor, pois correspondem a análises sociais e económicas baseadas na ciência, na razão, na lógica e na justiça económica e social. As sociedades humanas precisam duma nova ordem económica e social baseada na moral do apoio mútuo e da sociabilidade, de direitos iguais e deveres iguais. Os nossos olhos estão postos na economia e na sociedade do comunismo libertário, e também esperamos e confiamos num mundo humano, livre, igual e justo, antes que a barbárie capitalista e estatal nos destrua.

(*) Artigo de José Luis Velasco, publicado no nº 350 de *cnt* (mensário da Confederação Nacional do Trabalho, secção espanhola da AIT), de Novembro/2008. [Tradução de A. Mota]

Repressão Estatal na Sérvia*

O Governo da Sérvia continua a reprimir todos aqueles que tentam desmascarar o seu verdadeiro carácter, divulgando as suas acções contra os trabalhadores e os seus ataques contínuos contra a vida e a dignidade humanas. Ao servir o Capital, o Estado vai tão longe na defesa dos direitos dos exploradores que chega a sabotar o trabalho das organizações sindicais, prendendo e condenando quem lhe tenta fazer frente. Ao perseguir a população que luta por melhores condições de vida e de trabalho, o Estado mantém um ciclo de repressão que só tende a piorar.

Desde Setembro que os agentes da “BIA” (Agência de Segurança e Informação da Sérvia) em Kragujevac (grande cidade central da Sérvia, onde se situa a Empresa “Zastava” de Automóveis que foi vendida à italiana FIAT), têm exercido uma grande pressão sobre os membros do grupo local da organização anarco-sindicalista ASI, secção sérvia da Associação Internacional dos Trabalhadores. A perseguição é feita não só aos militantes mas, também, às suas famílias. Os membros da ASI são vigiados, são feitas ameaças de novas detenções e outras formas de repressão estão a ser colocadas em prática em Kragujevac e ainda noutras cidades. O objectivo destas acções é intimidar os membros da ASI e, assim, tentar enfraquecer a organização que, devido às suas acções radicais, é uma ameaça permanente para os governantes locais. É de lembrar que desde a fundação da ASI, a classe dirigente da Sérvia reprimiu a organização sindical, através dos seus lacaios do BIA, prendendo, torturando e interrogando nas salas secretas da polícia sérvia vários militantes.

O sistema governamental mostra-se cada vez mais brutal e impiedoso e isso sente-se em todos os sectores da sociedade sérvia. Após o assassinato de um polícia que participou impunemente em várias manifestações organizadas pelo partido radical sérvio, a polícia começou a reprimir impiedosamente todos aqueles que não seguem silenciosamente o caminho determinado pela globalização económica. Um exemplo recente é a sentença dada a um adepto do clube de futebol “Uros Mistic” que foi condenado a dez anos de prisão por alegadamente ter tentado matar um membro da “Gendarmerie Sua” (polícia militar encarregue de várias funções entre as populações civis). Os amigos do homem condenado que protestaram na sala do tribunal contra a sentença foram também vergonhosamente detidos na prisão por trinta dias! Outro exemplo é o facto do Presidente da Câmara de Belgrado já ter avisado publicamente que todos os protestos em frente à sede governamental da Sérvia serão esmagados pela força. Os *mass media*, sempre escravos do poder, ajudam a promover estas medidas repressivas mascarando-as de acções de “luta contra o extremismo”.

Todas as acções repressivas do Estado apenas irão fortalecer a luta dos trabalhadores pela liberdade e convencê-los ainda mais de que estão no caminho certo para a destruição de quem lhes quer tirar a vida.

* Este artigo é baseado em informação que recebemos da ASI, secção sérvia da Associação Internacional dos Trabalhadores.



Solidariedade com os trabalhadores do IKEA de Brescia (Itália)

No dia 1 de Setembro, sete trabalhadores do IKEA de Brescia (Itália) foram despedidos, durante a passagem de uma agência de trabalho temporário para outra, apesar das garantias dadas de que seriam reabsorvidos pela nova agência.

Estes trabalhadores exercem funções no IKEA há muitos anos, recebendo baixos salários e trabalhando mais de 200 horas por mês, sem verem respeitadas as normas de segurança no trabalho (um trabalhador teve de comprar com o seu próprio dinheiro o calçado de segurança), num parque de estacionamento sem ventilação.

Tudo isto foi permitido pelo IKEA que, encarregado de garantir o respeito das leis laborais, sempre preferiu ignorar a situação, em função da lógica do lucro sem limites e sem respeito pela dignidade dos trabalhadores.

Para contrabalançar a descida das vendas, o IKEA de Brescia optou por reduzir o pessoal e piorar as condições de trabalho, de tal forma que agora os trabalhadores do restaurante e do bar se alternam na recolha dos carrinhos do parque de estacionamento.

Os sete trabalhadores despedidos decidiram apresentar-se no IKEA de Brescia todos os sábados e domingos até à sua readmissão.

**APOIA A LUTA DOS TRABALHADORES DO IKEA DE BRESCIA!
BOICOTA O IKEA!
BASTA DE TRABALHOS PRECÁRIOS E DE EXPLORAÇÃO!**

Adaptação de um comunicado da *Unione Sindacale Italiana*, organização anarco-sindicalista, secção italiana da AIT

Repressão contra sindicalistas no Bangladesh

No início do mês de jejum muçulmano, iniciado a 2 de Setembro, os trabalhadores de 6 fábricas de vestuário pertencentes ao grupo Hamim e localizadas na área de Tejgaon, em Dhaka, elaboraram uma lista de reivindicações onde figuravam aumentos salariais, bónus de feriado ou folgas festivas.

Algumas reivindicações foram atendidas, mas a administração iniciou um processo de “limpeza” do sindicato e dos

seus activistas na empresa. Foram feitas falsas acusações que levaram à detenção, no dia 29 de Setembro, de Hafizur Rahaman Sabuj, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados do Vestuário. A administração também despediu 21 trabalhadores das 6 fábricas.

Quatro empresas de vestuário mantêm negócios com o grupo Hamim: GAP, KOHLS, J. C. Penny e V. F. Asia.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário (NGWF), do Bangladesh, informa que os despedimentos, perseguições e ameaças continuam e pede a solidariedade internacional contra a repressão sindical, a favor da libertação de Hafizur Rahaman Sabuj, do fim das perseguições e da readmissão dos trabalhadores despedidos.

Espanha: Manifestações contra o Plano Bolonha e a privatização da educação



Manifestação em Málaga a 22 de Outubro



Manifestação em Madrid a 13 de Novembro



Faculdade Ocupada em Barcelona



Manifestação em Itália a 30 de Outubro

Em Portugal, o processo de Bolonha foi aplicado praticamente sem contestação, mas em Espanha, como noutras regiões da Europa, sucedem-se as manifestações contra o Plano Bolonha e contra todas as leis que vão levando à destruição da escola pública e à transformação das escolas e universidades em espaços privatizados e elitistas, que apenas reforçam a competição e a ausência de solidariedade, próprias das sociedades capitalistas.

O dia 22 de Outubro foi data de mobilizações, em várias cidades do Estado espanhol, contra a reforma educativa associada ao Plano Bolonha, contra a privatização do ensino e contra a degradação da escola pública.

No dia 13 de Novembro, os alunos do secundário e das universidades voltaram a sair à rua contra as reformas universitárias. Só em Sevilha mais de 5000 estudantes participaram na manifestação.

Sobre o processo de Bolonha escreve o Sindicato do Ensino e Intervenção Social da CNT-AIT de Madrid (<http://ensem.ad.cnt.es/>):

«**A mercantilização da universidade. O Espaço Europeu de Educação Superior (Bolonha)**

Os objectivos deste processo não são aqueles que a universidade cumpriu tradicionalmente. Qualquer modelo educativo superior fica sujeito a uma nova definição de estratégias produtivas do capitalismo internacional. A “Europa do conhecimento”, que se pretende alcançar a partir de 2010, preconiza que o objectivo fundamental do processo de

Bolonha é “fazer da Europa a economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada no conhecimento”. Não uma Europa melhor formada, nem uma Europa mais culta, nem tampouco uma Europa mais reflexiva, crítica e solidária. A transformação da universidade deve assim ser conforme com **um espaço destinado a satisfazer os interesses das grandes corporações económicas, tecnológicas e mediáticas** da Europa, dando primazia aos interesses económicos sobre os formativos, científicos ou culturais.

A implantação deste processo acarreta a drástica transformação da estrutura universitária, configurando um sistema educativo de bases elitistas, que limita o total de pessoas que podem obter um curso universitário. As universidades são, portanto, obrigadas à delimitação de programas com estruturas circunscritas a muito poucos ramos, com um número reduzido de cursos, nos quais os estudos humanísticos e culturais são relegados para um destino marginal.

Este é apenas um pequeno resumo que deixa já em evidência o que o Espaço Europeu de Educação Superior pretende fazer na universidade. Existem movimentos de recusa tanto no Estado espanhol como noutros Estados europeus e pode destacar-se a recusa frontal deste plano por parte do Reino Unido.»

O Sindicato do Ensino e Intervenção Social da CNT-AIT de Madrid propõe a **organização autónoma** de todos os que estão fartos de assistir à brutal **degradação da escola pública e da universidade**, estudantes e trabalhadores do ensino, fora de qualquer organismo estatal ou de sindicatos burocráticos e subvencionados.

Itália: Contestação às reformas educativas de Berlusconi

No dia 30 de Outubro, uma greve geral de professores, funcionários e estudantes contra a aprovação no Senado da reforma educativa do governo de Berlusconi levou milhões de pessoas para as ruas. Em Roma, um milhão de pessoas participaram na manifestação.

Entre as medidas contestadas estão a extinção de 86 mil postos de trabalho

nos próximos três anos, os cortes no financiamento ao ensino superior, o encerramento de escolas e o aumento do número de estudantes por turma.

As jornadas de protesto verificaram-se ao longo de vários dias e incluíram diversas iniciativas como manifestações de rua, greves, ocupações temporárias de salas de aula e de instalações públicas.

Sistema judicial norte-americano persiste em assassinar Mumia Abu-Jamal

O Sistema judicial norte-americano persiste em assassinar Mumia...

A procuradora distrital de Filadélfia, Lynne Abraham (equivalente a procuradora do ministério público), pediu ao Supremo Tribunal dos EUA que voltasse a impor a pena de morte a Mumia Abu-Jamal.

Se esse pedido for aceite, isso pode significar a **EXECUÇÃO** imediata de Mumia, sem qualquer nova audiência ou julgamento, e apesar da montanha de novas provas que têm surgido em defesa da inocência de Mumia.

Entretanto, o advogado de Mumia anunciou que iria também entregar no Supremo Tribunal um pedido de um novo julgamento. Este pedido tem de dar entrada até 19 de Dezembro. Este novo pedido tem por base o racismo que existiu na selecção de jurados no julgamento original e nas falsas indicações da procuradoria aos jurados na fase de decisão da culpa. São essencialmente os mesmos argumentos já usados (e negados) perante o Tribunal de Recurso do 3º Circuito de Filadélfia.

Não podemos deixar que Mumia seja assassinado!

Em defesa de Mumia, o dia **6 de Dezembro** vai ser assinalado como **Dia Internacional de Solidariedade com Mumia Abu-Jamal!** Apelamos a todos os amantes da justiça e da liberdade que cerrem fileiras em defesa de Mumia Abu-Jamal.

Multipliquemos as iniciativas de divulgação desta causa!

Colectivo Mumia Abu-Jamal
23 de Novembro de 2008

Solidariedade com os detidos de 11 de Novembro em França*

«No passado dia 11 de Novembro, depois duma operação policial com 150 polícias antiterroristas, 1 helicóptero, muito caos (e também dezenas de jornalistas), foram detidas vinte pessoas em quatro locais da França (Paris, Rouen, no Este e numa pequena aldeia do centro chamada Tarnac, onde algumas delas moram numa quinta comunitária), tendo ficado 10 detidos para interrogatórios. Presentemente 9 pessoas estão a ser acusadas, sem provas, de “associação de malfetores” e “terrorismo” por alegadas sabotagens nas linhas do T.G.V, permanecendo duas em prisão preventiva.

O facto de serem acusados de “terrorismo” faz parte de uma estratégia estatal para os isolar e os separar do resto da sociedade. Quem deseja apoiar pessoas que querem espalhar o terror? É, também, uma maneira de alimentar o medo estrutural relativamente ao mundo do Capital. “Não tenham medo dos terroristas (ou dos imigrantes, dos jovens, dos sem tecto...), estamos aqui para vos proteger”, diz o Estado. Nos tempos actuais, quando a democracia já não faz sonhar muita gente, perante a ideia de que o principal objectivo da vida seja trabalhar e comprar mercadorias – o que já vem sendo questionado tanto na teoria como na prática – onde a crise não só económica mas também ecológica, ética, social parece cada vez mas incontrolável, o Estado tem de manter e apertar o controlo das pessoas à sua volta.

Apelamos a que manifestem a vossa solidariedade da melhor forma que queiram. Podem também enviar dinheiro, ideias de cartazes, e tudo que possa ser útil ao comité de apoio que se criou em Tarnac, entre os moradores da aldeia (www.soutien11novembre.org). Sobretudo falai sobre este caso para fazer saber o mais alargadamente possível o que aconteceu e o que ameaça cada pessoa que não se resigna a sobreviver mas sim que quer viver, com tudo o que essa palavra implica. Podeis ainda contribuir para que se exerça uma pressão internacional (com efeito, já existe um comité de apoio na Bélgica e outro nos Estados Unidos, na Rússia e na Suíça) sobre o Estado francês, ao menos enviando e-mail ou um postal ao consulado ou à embaixada francesa local.

Criámos já um e-mail para os contactos com interessad@s aqui em Portugal: solidariedade11novembro@gmail.com

SOLIDARIEDADE TOTAL COM OS ACUSADOS

Porto, pessoas que não se resignam a viver a dominação.»

* Texto recebido via e-mail para divulgação.

Comunicado da comissão de pres@s em luta na Grécia*

“Iniciámos a nossa luta há 18 dias. Somos dez mil presos que, com jejuns e, posteriormente, com as greves de fome, lutamos contra a situação penitenciária e a indiferença do Ministério da Justiça.

A partir de amanhã, sexta-feira, 21 de Novembro, xs presxs de todas as prisões do país, declaramos que suspendemos as mobilizações, pondo fim às greves de fome. A reforma legal que o governo está a apresentar no parlamento trata de algumas das nossas reivindicações.

O ministro tem de materializar as suas promessas quanto à libertação imediata do número de presxs que anunciou e, ao mesmo tempo, avançar com as medidas e iniciativas que englobam a totalidade das nossas reivindicações. Nós, xs presxs, vemos esta reforma legal como um primeiro passo, resultado das nossas lutas e da solidariedade da sociedade. No entanto, não nos satisfaz, não dá solução aos nossos problemas principais.

Com a nossa luta reivindicamos sobretudo a nossa dignidade. Esta dignidade não a oferecemos a nenhum ministro nem a nenhum guarda. Não toleraremos nem um abuso, nem uma transferência vingativa, nem um castigo disciplinar. Estamos de pé e vamos manter de pé. Exigimos a abolição total das 4/5 partes de vários tipos de penas, a abolição da soma das penas disciplinares e a ampliação de todo o tipo de acesso a precárias (saídas de alguns dias da cadeia) e terceiro grau (regime semiaberto) para todxs xs presxs. Além disso, exigimos que as declarações generalistas do ministro da justiça sobre a melhoria das condições penitenciárias (abolição dos centros de internamento de menores, funcionamento de centros especializados para toxicodependentes, etc.) sejam certificadas com leis nos próximos três meses.

Para acabar, agradecemos ao movimento solidário, aos/às lutadorxs, a cada entidade, partido e meio de comunicação que nos apoia da maneira que escolhe e declaramos que a luta contra toda a “lixreira” humana e pelo cumprimento de todas as nossas reivindicações continua.”

Comissão de presxs pan-helénica:

Alexandros Kola, Abdel Jalim Fataj, Rania Djabar, Dani Karabulea e Vaggelis Palis.

20 de Novembro de 2008

* Retirado do site: <http://www.alasbarricadas.org/noticias/?q=node/9116>



Acção de solidariedade para com @s pres@s em Atenas

Grécia: Greve de fome juntou 10 000 pres@s

Dia 3 de Novembro, os presos e presas gregas iniciaram uma greve de fome que durou 18 dias e que conseguiu juntar 10 000 presos num universo de 13 000. Este protesto denunciou, uma vez mais, as condições em que as pessoas sobrevivem nas prisões gregas que são verdadeiros centros de extermínio, onde estão encarcerados 13 000 indivíduos havendo apenas lugar para 7 500; onde não há médicos; um em cada três presos está em prisão preventiva o dobro do tempo do que a média europeia; encontra-se uma percentagem de 45% de presos imigrantes e de quase 50% de toxicodependentes que, em vez de serem tratados em hospitais, são discriminados diariamente.

Esta greve foi acompanhada por acções de solidariedade em todo o mundo, incluindo em Portugal, onde se distribuíram panfletos informativos em frente e em redor do edifício da Secção Económica e Comercial da Embaixada Grega, no centro de Lisboa, sendo deixados também alguns dentro do edifício. Algumas pessoas solidárias com esta luta atacaram ainda a embaixada grega com bolas de tinta preta. Também foram distribuídos comunicados de solidariedade em frente dos estabelecimentos prisionais de Lisboa e Caxias.

Segundo as declarações do Ministro da Justiça da Grécia, Sotiris Jatzigakis, a reforma penitenciária, que se discutirá no parlamento nas próximas semanas, permitirá a libertação de 4000 presos e presas, até Abril de 2009. Contudo, os presos e presas da Grécia irão manter a sua luta até que todas as suas reivindicações sejam satisfeitas. Sejamos solidários com os presos e presas da Grécia e de todo o mundo!



Porto: Julgamento de quatro activistas sociais por “difamação” do SEF*



“Manifestação de luto imigrante” nas ruas do Porto em Junho de 2006

No próximo dia 5 de Dezembro (sexta-feira) quatro activistas sociais membros das associações imigrantes ESSALAM (magrebinos), AACILUS (afro-brasileiros) e duas associações portuguesas que apoiam os imigrantes, a Terra Viva-Associação de Ecologia Social e a MUSAS, vão a julgamento, pelas 09.00 h., no tribunal do Bolhão, no Porto, acusadas de “difamação agravada” ao SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O caso reporta-se a Junho de 2006, quando estas associações e outras (S.O.S.Racismo e CNLI, entre outras), fazendo eco da denúncia feita por elementos da

comunidade paquistanesa do Porto, convocaram uma conferência de imprensa e uma manifestação de luto, endossando aos serviços do Porto do SEF a “responsabilidade moral” pelo suicídio do trabalhador imigrante paquistanês Ahmid Hussein, a viver havia cinco anos em Portugal, em estado de depressão depois de ver o seu pedido de renovação de autorização de residência recusado naqueles serviços por não perfazer o rendimento mínimo anual exigido (então, cerca de 5 400 euros).

No fim do ano de 2006, os elementos dos corpos directivos das associações supracitadas seriam alvo de um processo por parte do SEF - na pessoa do responsável dos serviços do Porto, entretanto demitido - acusados de “difamação agravada”, sendo responsabilizados pelo teor tanto dos comunicados anunciadores da conferência de imprensa como da manifestação de luto, decididos em reuniões assembleárias com elementos das várias associações envolvidas, imigrantes e portugueses com eles solidários.

Acreditando que este processo aos quatro activistas sociais faça parte de uma estratégia visando atemorizar os trabalhadores imigrantes em Portugal e aqueles que com eles

se solidarizam na defesa dos seus direitos humanos, para que, ao contrário do que os discursos oficiais anunciam (“os imigrantes são bem vindos”, é desejável a sua “integração social critica”, etc...), esses direitos sejam cada vez mais limitados e burocraticamente dificultados e inviabilizados, as associações envolvidas neste processo desejam deixar claro à opinião pública que não se calarão perante quaisquer ameaças e atropelos à dignidade e aos direitos humanos mais elementares dos imigrantes, nomeadamente daqueles cuja existência diária, tal como a de tantos portugueses, vai sendo cada vez mais precária e difícil.

Para mais informações, convidamos os órgãos de comunicação social para uma CONFERÊNCIA DE IMPRENSA a realizar pelas 14.00 horas do próximo dia 3 de Dezembro (quarta-feira) na sede da associação TERRA VIVA!AES, Rua dos Caldeireiros, 213 PORTO (à Cordoaria).

ESSALAM - TERRA VIVA!AES - MUSAS

* Comunicado de imprensa das associações Essalam, Terra Viva e Musas nas vésperas da realização do julgamento de 5 de Dezembro.

Nova ofensiva fascista contra o preso Amadeu Casellas e seus advogados*



Durante a greve de fome do preso Amadeu Casellas, que durou 76 dias e terminou após a garantia de satisfação de algumas das suas reivindicações, os carcereiros do Hospital Penitenciário de Terrassa (Espanha), onde se encontra internado, sempre mantiveram uma postura fascista perante Amadeu: humilhando a sua mãe e os seus amigos, através de revistas constantes e desnecessárias durante as visitas, não comunicando quem o vinha ver, permitindo que várias pessoas viessem de locais distantes para estar com o Amadeu e não os deixando passar quando chegavam ao hospital, manchando a sua roupa com champô, entre outras barbaridades.

Desde Outubro, os carcereiros e o Director do Hospital Penitenciário de Terrassa adoptaram uma nova estratégia para intimidar Amadeu e quem se solidariza com a sua luta, fazendo uma queixa contra os advogados de

Amadeu – Diana Reig e Francesc Arnau – acusando-os com mentiras: que eles tentaram entrar no hospital na última visita com uma faixa e que trataram de forma desagradável e com “um tom desafiante” os profissionais do centro penitenciário. Esta acusação chega através dos Colégios de Advogados de Lérida, Barcelona e Terrassa (que supostamente defendem os advogados e advogadas) e pode conduzir a uma proibição do exercício profissional. Apesar destas acusações serem totalmente falsas, é de frisar que os advogados têm o direito de informar quem defendem de tudo o que se refira ao seu caso e permitir-lhes o acesso a todos os documentos necessários, inclusivamente a uma faixa. Para além disso, têm direito a não se mostrarem simpáticos perante as sucessivas provocações dos carcereiros.

Esta nova ofensiva fascista contra o advogado e a advogada de Amadeu surge num contexto de repressão para com Amadeu e todos aqueles que expressaram o seu apoio nas ruas desde o início da greve de fome. Foram proibidas as comunicações de Amadeu com determinadas pessoas, está interdita a entrada de uma médica de confiança, estão a denunciar com factos falsos as pessoas que se mostraram solidárias e sancionaram ainda um companheiro de prisão, Franki, restringindo as suas saídas e ameaçando também retirar-lhe o terceiro grau (o preso dorme na prisão mas pode estar fora durante o dia).

Não podemos permitir que se mantenha este clima de repressão para com Amadeu que já transmitiu a sua vontade de iniciar uma nova greve de fome caso os seus advogados sejam penalizados. Podemos começar por enviar mensagens de protesto às Associações de Advogados de Barcelona, Terrassa e Lleida, para que os processos sejam arquivados.

* Este artigo contém informação dada pela CNT, a secção espanhola da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Contactos para enviar mensagens exigindo que o processo contra os advogados de Amadeu seja arquivado:

Colegio de abogados de Terrassa

C./Grabiell Querol 21-23 baixos
08221-TERRASSA
Fax.+34 93.733.06.67
secretaria@icater.org

Colegio de abogados de Barcelona

C./Mallorca, 283
08037-BARCELONA
Fax.93. 487.15.89
icab@icab.es

Colegio de abogados de Lleida

Pl.Sant Joan, 6-8, 1º
25007-LLEIDA
Fax.973.23.03.76
col.legi@advocatslleida.org

Toda a correspondência para o Boletim Anarco-Sindicalista deve ser enviada para:

Apartado 50029 / 1701 - 001 Lisboa / Portugal

E-mail: aitport@yahoo.com



O Boletim Anarco-Sindicalista em PDF, a partir do número 22, pode ser descarregado da Internet em:

<http://ait-sp.blogspot.com>